

## *Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos\**

DANIÈLLE DE OLIVEIRA BRESCIANI FORTUNATO  
Universidade Vila Velha

**Resumo:** Apresenta a dinâmica do desenvolvimento da atividade cafeeira e do processo imigratório no Espírito Santo. Demonstra a evolução da formação econômica e social do Espírito Santo a partir do ciclo imigratório e da formação do mercado de trabalho capixaba, bem como analisa os Grandes Projetos a partir da perspectiva da precarização das relações de trabalho e do deslocamento de pessoas no Estado.

**Palavras-chave:** Imigração; Grandes Projetos; Precarização.

**Abstract:** To present the dynamic of the development of the coffee activity and the immigration process. To demonstrate the evolution of the economic and social formation of Espírito Santo from the immigration cycle and the formation of the work market in Espírito Santo. To analyze the Big Projects from the perspective of precarious of the labor relations and the displacement of people in Espírito Santo.

**Keywords:** Immigration; Big Projects; Precarious.

O Estado do Espírito Santo está localizado na Região Sudeste do Brasil e está circunscrito pelos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Tendo uma das menores áreas – 46.077.5km<sup>2</sup> – e população dentre os estados brasileiros – representando apenas 0,54% do território nacional – caracteriza-se por um pólo produtivo, que conjuga agroindústria e indústria baseada em recursos naturais, voltado para o mercado externo. Dotado de grande infraestrutura portuária, o Estado teve seu desenvolvimento pautado pela dinâmica da econômica internacional, vínculo esse impulsionado pelo seu isolamento do restante do Brasil decorrente de políticas coloniais pombalinas de proteção das Minas Gerais.

O povoamento do estado data da ocupação portuguesa da Capitania

do Espírito Santo, empreendida por Vasco Fernandes Coutinho em 1535. A ocupação portuguesa deu-se em pequena escala durante todo o período colonial, com pouca inserção de escravos africanos no estado. Durante o Ciclo do Ouro, a política colonial impediu a exploração das terras do estado, porque serviriam como barreira natural ao acesso às minas de ouro do interior do Brasil. Segundo Bittencourt (2006, p. 64), “No Espírito Santo, até meados do Século XIX o açúcar foi o produto que incrementou o aparecimento de vilas e povoados habitados por uma diminuta população que mal se aproximava dos 25 mil habitantes ao findar o período colonial”.

Dessa forma, os maiores contingentes populacionais só chegaram ao Espírito Santo no século XIX, com a adoção da política de imigração europeia, principalmente italiana e alemã, mas também austríaca, polonesa e espanhola, em menor escala. A consolidação do povoamento somente ocorreu, contudo, na primeira metade do século XX, graças ao desenvolvimento da cafeicultura monoexportadora como principal atividade econômica do estado.

Na segunda metade do século XX, a crise da atividade cafeeira inaugurou uma nova fase do desenvolvimento do estado consubstanciada em incentivos fiscais responsáveis pela atração de novos investimentos, principalmente no setor industrial, pelos chamados Grandes Projetos que, mesmo tardiamente, expandiram o grau de internacionalização do Espírito Santo.

A proibição de exploração do território capixaba pela política colonial de proteção às minas foi o principal marco da historiografia do desenvolvimento e do povoamento do Espírito Santo. Somente com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a permissão de exploração das terras, com a concessão de sesmarias pelo Governo Central, é que os primeiros ciclos migratórios, inicialmente internos, chegam ao Espírito Santo.

Segundo Bittencourt (2006, p. 133), nas primeiras décadas de 1800, a principal deficiência para a expansão econômica da Província consistia na ausência de uma infraestrutura viária que permitisse o trânsito de pessoas e mercadorias do Espírito Santo com os seus vizinhos. A primeira grande iniciativa nesse sentido foi a construção da “Estrada Nova do Rubim”, ocorrida no Governo de Francisco Alberto Rubim (1821-1819). A partir desse feito, ocorre, então, o alastramento da atividade cafeeira em solos capixabas, concomitantemente ao processo de expansão da migração interna proveniente do norte fluminense, de São Paulo e de Minas Gerais, que

vieram ocupar as áreas do sul do Espírito Santo, próximas à Região de Cachoeiro de Itapemirim, notadamente nos atuais municípios de Alegre, Guaçuí e Castelo (Microrregiões do Caparaó e do Pólo Cachoeiro).

Não obstante a introdução dessa nova cultura, baseada nesse tipo de mão de obra, diferente da escravista, a expansão econômica da Província do Espírito Santo ainda fica obstada até meados do século XIX. Somente, então, quando a política imigratória promovida pelo Segundo Reinado torna-se efetiva, há a introdução de mão de obra europeia, proveniente das mais diferentes regiões, e inicia-se a consolidação do povoamento do interior do Espírito Santo, baseada na cultura cafeeira e na pequena propriedade rural, pois, conforme Bittencourt (1987, p. 66):

[...] no Brasil, apreciável número de imigrantes dirigiu-se para a grande fazenda de café. Um número menor se estabeleceu como pequenos proprietários nos núcleos coloniais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, sobretudo, no Espírito Santo.

A imigração europeia, concentrada em pequenas propriedades rurais familiares e nas regiões de montanhas, de clima mais ameno, da então Província do Espírito Santo, recebeu contingentes populacionais provenientes das Ilhas dos Açores – fundando o povoado de Viana em 1813 (Microrregião Metropolitana); da Espanha – localizados na região do Rio Doce; alemães – estabelecidos na Colônia de Santa Izabel (atual município de Domingos Martins, na microrregião Sudoeste-Serrana) a partir de 1847, e nas Colônias de Santa Leopoldina e Santa Maria (microrregião Central-Serrana), onde também se instalaram colonos suíços, iniciando-se em 1857. Esses foram os primeiros indícios da profusão do movimento imigratório para o Espírito Santo, que teve sua população ampliada de 24.585 em 1817 para 82.131 habitantes em 1872, acompanhando a expansão da fronteira agrícola (BITTENCOURT, 1987).

Além das colônias já mencionadas, cabe destacar o ingresso dos imigrantes italianos, provenientes das regiões de Trento, Gênova e Veneza, que se assentaram, respectivamente, nas regiões capixabas de Santa Cruz (microrregião Metropolitana, atual município de Fundão); de “Alto Benevente”, na Região de Castelo (microrregião Pólo Cachoeiro) e de Nova Venécia (microrregião Noroeste 2), mais ao norte da Província do Espírito Santo. Em adição, cabe destacar, dentro dessa dinâmica do movimento

migratório, a presença de retirantes nordestinos, refugiados da seca, para essas regiões.

A facilidade de expansão da fronteira agrícola no Espírito Santo, dada a manutenção de sua cobertura vegetal que, ainda em meados do século XIX, estava virgem, aliada à boa propensão de aquisição de terras, promovida pela política imigratória do Império, tornou as terras espírito-santenses um oásis para o fluxo de imigrantes europeus que buscavam novas condições de vida e trabalho. Tal Política de Imigração permitia ao europeu recém-chegado adquirir a terra por meio de financiamento, pago em parcelas anuais que não excedessem 1/5 dos rendimentos da propriedade e com juros máximo de 6%, além de uma carência de três anos (BITTENCOURT, 1987).

A relação entre a cultura cafeeira e o processo migratório no Espírito Santo é de grande expressividade. Na primeira metade do século XIX, havia no Brasil uma grave crise de mão de obra, provocada pela proibição do tráfico negreiro e que não era capaz de suprir a demanda de trabalho da economia açucareira, que ainda persistia como atividade fundamental da economia capixaba. O fluxo dos descendentes de escravos do nordeste açucareiro e das minas já improdutivas para os grandes latifúndios da Província de São Paulo faz com que a carência de trabalhadores seja ainda maior no Espírito Santo.

Nesse sentido, passa a ocorrer no Espírito Santo uma paulatina transição do plantio de cana de açúcar para o de café, visto que essa cultura demandava menor contingente de mão de obra, que, aliada à escassez de escravos, se consolida na figura do imigrante europeu (BITTENCOURT, 2006). Dado o menor custo de produção e a facilidade de expansão agrícola, como já se demonstrou, e também devido à crescente demanda internacional do produto, o estímulo ao cultivo cafeeiro se viu em boas condições na Província. Prova disso é que:

[...] a partir da década de 1840, o decréscimo da produção de açúcar passou a encontrar paralelo no crescimento da produção de café; a exportação do açúcar, que, em 1844, atingira 324.308 arrobas, sequer figurará na estatística estadual de 1892. Enquanto o café, que em 1847, representava 115.390 arrobas, até o final do século atingirá a marca de 1.234.195 sacas (BITTENCOURT, 2006, p. 158).

A expansão dessa economia cafeeira fez com que surgissem governos

provinciais mais eficientes e mesmo uma aristocracia rural, representada pelos Barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandú, o que demonstra que nem todo o cultivo do café se deu em pequenas propriedades e que mesmo as classes dominantes da época viram nessa lavoura uma nova forma de acumulação primitiva do capital. Cabe destacar que, a despeito dessa aristocracia cafeeira, segundo Rocha e Morandi (1991, p. 22):

[...] A estrutura produtiva local transitou para um sistema de pequena propriedade e de trabalho familiar. A cafeicultura manteve seu papel preponderante e passou a ser desenvolvida em pequena escala de produção, de acordo com a disponibilidade de força de trabalho das famílias dos pequenos proprietários e dos parceiros. A unidade produtiva era praticamente auto-suficiente e tinha no café a sua quase única cultura mercantil.

O êxito da cultura do café mostrou, em contrapartida, uma debilidade estrutural dos meios de produção, consubstanciada em técnicas improdutivas, carência de mão de obra e de recursos para investimento, comprometendo a qualidade do produto. Isso se torna, assim, o desafio a ser superado pelas administrações como forma de incrementar o que se tornará a maior fonte de recursos do comércio exterior brasileiro e capixaba no período pré-industrial, haja vista que, em fins do século XIX, o café já representava 94,33% das exportações do Espírito Santo, o que caracteriza a alta dependência da economia monoexportadora do Estado em relação à atividade cafeeira (BITTENCOURT, 1987).

O ritmo de expansão da economia cafeeira estabelecido durante o Segundo Reinado se mantém durante a República Velha. A cafeicultura configura, dessa forma, o principal suporte econômico do Espírito Santo até os anos de 1950. Não obstante a importância que a atividade cafeeira desempenhou nesse período, observa-se que sua dinâmica não foi suficiente para suprir o atraso relegado ao estado, herdado dos períodos colonial e imperial. Nas palavras de Bittencourt (2006, p. 270): “O Espírito Santo, em que pese a dinâmica da sua economia cafeeira, era reputado como um dos mais atrasados do Império, apresentando uma representação nacional muito fraca”.

Nesse contexto, destaca-se o Governo Muniz Freire (1892-1896), no qual se observou uma maior preocupação na adequação da infraestrutura viária para o escoamento da produção de café, na superação da carência de

mão de obra, condições fundamentais para a sustentação do modelo econômico local, baseado na produção e exportação de produtos primários tropicais. A insuficiência de força de trabalho foi sanada, em grande medida, pela política migratória, que atraiu mais de 20 mil imigrantes italianos para o estado (BITTENCOURT, 2006).

Essa expansão dos investimentos em infraestrutura denota o início de uma preocupação por parte dos governos estaduais em permitir a expansão do capital local, em fase de pré-industrialização, responsável pelo direcionamento de recursos para outros tipos de produção, como a do algodão, a açucareira e a têxtil. O período da Primeira Guerra Mundial, seguido pelo governo Nestor Gomes (1920-1924) no Espírito Santo apresentou certa turbulência política<sup>1</sup> e econômico-industrial. Os impulsos industriais observados até então não lograram muito êxito nesse período, dentre outros fatores, pela dificuldade de acesso aos mercados internacionais promovida pela Guerra, tendo em vista o fechamento dos portos europeus. O café, entretanto, teve uma *performance* favorável, apresentando uma produção superior a um milhão e cem mil sacas, respondendo por cerca de 90% das rendas do estado em 1924.

Na década de 1920, o Espírito Santo ascende ao terceiro lugar na produção nacional, ficando o café, como já vinha ocorrendo, responsável pela quase totalidade dos recursos arrecadados para a manutenção do aparelho estatal e serviços oficiais. Era o café que mantinha dinâmico o setor terciário e, por extensão, os próprios projetos industrializantes, cujo estado de sobrevivência só poderia ficar mantido graças aos recursos do café, que permanecia como a principal fonte da acumulação capitalista do Espírito Santo (BITTENCOURT, 2006, p. 324).

Esse impulso econômico-arrecadatário teve grande influência nas iniciativas de urbanização de Vitória e revitalização das ações industriais. Destaca-se, nesse contexto, o Governo Florentino Avidos (1924-1928), cujo projeto urbano dá novas feições à Capital capixaba, norteador por melhorias na estrutura de saneamento, de portos e viária. Nesse cenário, observa-se também uma nova expansão da fronteira agrícola do Estado, rumo à sua Região Norte, caracterizada pelas culturas do café, da pecuária, da extração madeireira e do cacau.

Essa iniciativa de urbanização consiste, segundo Brito (1995, p. 53), em uma dinâmica:

Dentro de cada um dos países [em que], as cidades transformaram-se em *locus* hegemônico da acumulação de capital, acelerando o processo de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo.

Em sequência, nos anos de 1930 e início dos anos de 1940, o Espírito Santo foi governado por João Punaro Bley (1930-1943), o qual não impulsionou mudanças nos rumos da economia capixaba, mantendo a matriz agroexportadora, baseada na cafeicultura. A segunda metade da década de 1940 é caracterizada pelo auge da atividade cafeeira no Espírito Santo, em decorrência do extraordinário aumento dos preços internacionais do café e da expansão da área cultivada. Segundo Rocha e Morandi (1991, p. 47): “Os preços médios de exportação do café passaram de US\$ 16,18 por saca de 60 kg, em 1945, para US\$58,34 e US\$ 86,83 em 1950 e 1954, respectivamente”. Esse vulto econômico promoveu, conseqüentemente, o crescimento de uma indústria de transformação voltada para o beneficiamento local do café, representando 61% do total do valor produzido por essa indústria.

Esses fatos caracterizam o que Rocha e Morandi (1991) denominaram “*boom* cafeeiro”, pois foi o período em que, em função da alta lucratividade do café ocorreu o aumento da participação da área plantada e do contingente de mão de obra empregado nessa cultura. De fato, o final dos anos de 1940 e os três primeiros anos de 1950 foram o auge da economia cafeeira no estado do Espírito Santo. O incremento da produção cafeeira ocorreu em território nacional, o que provocou, em um segundo momento, uma crise de superprodução, o que afetou o Brasil e, particularmente, a economia capixaba, tendo em vista que essa cultura se desenvolveu em bases produtivas familiares, conforme ressaltado.

Passando por uma crise generalizada de superprodução, o Governo Federal do Brasil adotou, então, uma série de iniciativas de combate à questão, merecendo destaque a adoção, em 1962, do plano de erradicação dos cafezais antieconômicos, com a diversificação das áreas erradicadas com outras atividades e revitalização de partes dos cafezais então existentes. A erradicação do café no Espírito Santo, onde a economia foi mais afetada por essa política, foi responsável pela destruição de cerca de 1,38 bilhão de pés de café de baixa produtividade entre 1962 e 1967 (ROCHA; MORANDI, 1991).

Essa política, por um lado, vem desestabilizar a principal atividade e fonte de recursos do estado; por outro lado, há uma contundente injeção de

recursos antes imobilizados na economia, decorrentes das indenizações concedidas por cova de café erradicada. Não obstante esse fator favorável, observou-se a dramática crise social decorrente da supressão de postos de trabalho no campo, que gerou grave êxodo rural, no período. Segundo Rocha e Morandi (1991), registra-se o desemprego de cerca de 60 mil pessoas em função da erradicação dos cafezais.

Por fim, cabe ressaltar que o aporte de recursos provenientes das indenizações promoveu grande liquidez à economia capixaba – atingindo a cifra de 70 milhões de cruzeiros em agosto de 1966. Esses recursos, aliados ao excedente de mão de obra recém-chegada do campo, são os pilares da nova iniciativa de industrialização que se observa no Espírito Santo, na década de 1960.

Conforme ressaltado no item anterior, embora fortemente vinculada à produção agrícola-cafeeira, a economia capixaba apresentou repetidas iniciativas de industrialização do Estado. Essas medidas, contudo, encontraram diversos reveses que impediram maior êxito, mas que imprimiram à sociedade e aos governantes um ímpeto em promover o desenvolvimento industrial do Espírito Santo. As políticas nesse sentido se dividem em duas fases distintas: a primeira ocorreu com base no capital local de pequena escala, financiado e apoiado pela administração pública estadual; a segunda esteve calcada principalmente na contundente injeção de capital internacional, coadunada com fortes intervenções e investimentos por parte do Governo Federal. Em meio a essas fases, destacam-se os Projetos de Impacto, responsáveis pela dotação de infraestrutura essencial à implantação e expansão dos Grandes Projetos Industriais do estado.

O primeiro grande projeto industrial observado no Espírito Santo data de 1942, quando se construiu a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), localizada no município de Cariacica, na microrregião Metropolitana. Esse empreendimento, inicialmente financiado pelo capital privado, configura uma das primeiras iniciativas da siderurgia nacional e revela a vocação do Espírito Santo para projetos de grande porte vinculados à indústria de base. Posteriormente, já na década de 1960, ocorre sua coligação ao grupo estatal Siderúrgicas Brasileiras S.A. (Siderbrás) e sua expansão na produção de ferro-gusa.

O sucesso dessa unidade industrial se dá em função da conjunção de uma série de fatores logísticos e estratégicos, uma vez que os baixos custos de transporte da matéria-prima, o minério de ferro que chega pela Ferrovia



Vitória–Minas, e a facilidade de escoamento da produção devido à estrutura portuária permitem uma maior eficiência e baixa onerosidade do processo produtivo. Esses fatores focaram maiores atenções ao potencial do Estado e acabaram por trazer maciços investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nas décadas de 1960 e 1970.

A década de 1950, pode-se dizer, é marcada pelo Governo Jones dos Santos Neves (1951-1954), responsável por grandes investimentos públicos no Estado. Corroborando dos ideais desenvolvimentistas do Segundo Governo Vargas, é lançado nesses anos o “Plano de Valorização Econômica do Estado do Espírito Santo”, considerado o primeiro plano de desenvolvimento estadual adotado no Brasil. Aproveitando-se do auge da economia cafeeira e da melhoria na arrecadação do estado, cuidou-se em buscar obras que permitissem um posterior crescimento industrial no Espírito Santo, iniciativas como a ligação asfáltica do estado com os estados vizinhos, finalização e ampliação do Porto de Vitória, implementação do “Plano Estadual de Eletrificação” e o início da construção das Usinas de Rio Bonito e Suíça, são exemplos desse ímpeto estrutural (BITTENCOURT; NETO, 2002).

Além disso, na iniciativa privada, destacam-se a criação do Grupo Buaiç, com seu moinho de Trigo, e das Federações da Indústria e do Comércio, ainda na década de 1950. Já na década de 1960, aproveitando-se do apoio estrutural existente, surgem diversas plantas agroindustriais, impulsionadas pelos incentivos fiscais e financeiros da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), criados pelo Governo Cristiano Dias Lopes Filho – e do Gerca. Segundo Rocha e Morandi (1991, p. 91):

A CODES financiou um total de 37 projetos industriais, sendo que 26 eram projetos de ampliação de fábricas já existentes, e 11 eram de instalação de novas plantas industriais. Dentre estes últimos destacaram-se, pelo elevado valor do investimento, os projetos da Realcafé Solúvel do Brasil S.A. e do Frigorífico Rio Doce S.A. - FRISA.

Sob a égide do Governo Militar no Brasil se inicia no estado o Governo Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971). Esse período é marcado, segundo Bittencourt e Neto (2002), pelo retorno ao “projeto jurista” que visava ao aprofundamento de políticas modernizantes calcadas no dirigismo

econômico. Os principais resultados dessa administração foram a criação da Codes – transformada, na primeira metade da década de 1970, em Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes), do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), do Conselho de Desenvolvimento Econômico, do Sistema de Crédito para o Desenvolvimento, do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). O surgimento desse aparato desenvolvimentista contribuiu de forma decisiva para impulsionar o desenvolvimento industrial no estado, mediante a atração de investimentos privados nacionais e internacionais.

É importante destacar que o Governo Cristiano Dias Lopes deu continuidade à política de melhoramento da infraestrutura estadual pela criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), pela expansão da rede da Telecomunicações do Espírito Santo S.A. (Telest) e da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan). A conjunção dessas iniciativas dinamiza a performance industrial no estado na medida em que cria as condições propícias ao ingresso do grande capital produtivo. É em função dessas iniciativas que Rocha e Morandi (1991, p. 91) afirmam que “[...] em meados da década 70, a ‘economia capixaba’ havia atingido um nível de maturidade que a qualificava para receber grandes investimentos produtivos”.

No plano da indústria de base há que se destacar, nesse período, a construção do Porto de Tubarão, finalizada em 1966, e das duas usinas de pelotização de minério de ferro da CVRD, respectivamente em 1969 e 1973. A criação desses empreendimentos privados e estatais, com o investimento público, mediante financiamento e incentivos fiscais, representou o vértice da primeira fase da industrialização do Espírito Santo. Sua importância encontra-se na relativa diversidade que promoveu à pauta produtiva do estado e na criação das condições estruturais para a implementação dos Grandes Projetos da segunda fase da política industrial capixaba, cujo início está datado de meados da década de 1970.

As principais plantas industriais voltadas para a indústria de base no estado caracterizam-se pela associação do grande capital internacional e nacional estatal. Merecem destaque as associações do capital internacional com a CVRD, tais como: a Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização (Itabrasco) com capital italiano, a Hispanobrás, com capital espanhol, as duas usinas na Nibrasco, com capital japonês, e a Kobrasco, com capital sul-

coreano. Todos esses empreendimentos localizam-se na região de Tubarão, aproveitando as facilidades logísticas do Porto e o acesso da matéria-prima pela ferrovia.

Além desses empreendimentos, foram criadas a Samarco Mineração S.A., em 1977, no município de Anchieta, tendo como principal acionista a Samitri e Marcona Internacional de capital norte-americano, e a Aracruz Celulose, inaugurada em 1978, no município de Aracruz, com a presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, o Grupo Lorentzen, a Billerud-Uddeholm, o Grupo Moreira Sales e a Companhia Vera Cruz Agro-Florestal bem como a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), entre 1973 e 1983, em Tubarão, a partir da associação das Siderúrgicas Brasileiras S.A. (Siderbrás) com a Kawasaki Steel Corporation, de origem japonesa, e a Societá Finanziaria Siderúrgica (Finsider), oriunda da Itália.

Esse cenário demonstra o maciço aporte financeiro internacional e nacional estatal recebido pelo Espírito Santo durante as décadas de 1970 e início dos anos 1980. Diante disso, diferentemente do que ocorreu na primeira fase industrial capixaba, liderada pela presença do capital local, a segunda fase foi capitaneada pelo grande capital. A hegemonia do grande capital resultou na transformação da estrutura produtiva nos mais diversos setores da economia capixaba, tendo o setor agrícola experimentado um processo de crescimento econômico e de modernização, enquanto o setor industrial se constituiu a mola mestra da expansão capitalista no estado.

A modernização e a expansão dos Portos de Vitória, Tubarão e Praia Mole configuram o ponto culminante da inserção internacional do Espírito Santo a partir dos Grandes Projetos Industriais. Isso se deu, pois o principal objetivo dessa industrialização era aproveitar a potencialidade de escoamento de mercadorias para o mercado externo, contando com a infraestrutura logística natural do Espírito Santo.

O processo de modernização da economia capixaba, calcado nos Projetos de Impacto e nos Grandes Projetos Industriais, acarretou uma mudança profunda no padrão de desenvolvimento econômico do estado. Não obstante, esse avanço, verifica-se uma intensa modificação na estrutura do mercado de trabalho e na mobilidade da mão de obra que, acompanhando esse desenvolvimento, esteve excluída de seus principais benefícios. Cabe demonstrar, portanto, como se deram essas alterações nas estruturas sociais do Espírito Santo, como se inverteu o padrão histórico de mobilidade da

mão de obra no estado e qual o impacto dessas modificações no mercado de trabalho nos anos de 1970.

A implantação dos Grandes Projetos trouxe alterações significativas nas relações de trabalho, intensificando o assalariamento em caráter permanente e temporário. A presença do “grande capital” dinamizou o mercado de trabalho e determinou uma nova lógica laboral e de acumulação capitalista. É nesse contexto que a indústria, ainda que tardia, se desenvolve no estado, propiciando e ampliando a inserção do trabalhador assalariado e redefinindo as relações entre capital e trabalho. Cabe registrar que o assalariamento alcançou também a mão de obra ocupada na atividade agrícola, mas não houve a supressão total do trabalho familiar rural, o qual continuou com grande expressividade e importância econômica para o Espírito Santo.

Os dados relativos a essas modificações observadas na economia do estado, na década de 1970, foram obtidos de fontes oficiais, tendo como principal parâmetro o Estudo Básico para o Planejamento Estadual, intitulado “Espírito Santo: Crescimento e Desigualdade Social” (1979), que condensa o “Censo Escolar/Pesquisa Sócio Econômica” de 1977, realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, e o “Censo Demográfico” de 1970, feito pelo IBGE. Outro documento relevante para a caracterização do emprego no Estado é o “Projeto de Implementação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo - SINE/ES” (1977), elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social.

A industrialização do Espírito Santo, conjuntamente com a crise da economia cafeeira, marcada pela política de erradicação dos cafezais improdutivos, determinou um novo padrão de crescimento do Estado. De fato, no período de 1970-1977, verificou-se um arrefecimento no crescimento do setor agrícola no Estado, que foi de apenas 1,6% contra 5,8% no Brasil; a indústria, no pólo oposto, apresentou crescimento vertiginoso, na ordem de 22%, contra 11,7% do crescimento industrial nacional; o setor de serviços, por seu turno, teve um expressivo avanço, que foi de 14,9%, principalmente se comparado com as taxas nacionais de 10,4% (Tabela 1).

**Tabela 1:** Dados Comparativos da Economia do Espírito Santo com a do Brasil (1970/1976/1977)

Discriminação	Espírito Santo	Brasil	Relação ES/BR
1. PRODUTO INTERNO TOTAL (1976)			
- Total (milhões de cruzeiros)	14.738,3	1.560.271,1	0,9%
- Composição Setorial (%)			
. Agricultura	11,2	10,53	
. Indústria	27,2	39,43	
. Serviços	61,6	50,04	
2. TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO (70/77) (% ao ano)			
. Agricultura	1,6	5,8	
. Indústria	22,0	11,7	
. Serviços	14,9	10,4	
3. POPULAÇÃO (1977)			
- Total	1.701.496	113.200.000	1,5%
- Composição Percentual			
. Urbana	52,9	63,8	
. Rural	47,1	36,2	
4. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (1977)			
- Total	536.261	39.717.916(1)	1,3%
5. RENDA PER CAPITA (1977)			
- Cr\$ 1,00	12.453,00	16.850,00	0,74
- US\$ 1.00	744.00	1,007.00(2)	0,74
6. ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA (GINI) (1977)	0,58	0,60(1)	0,97

**Fonte:** Espírito Santo (1979, p. 37).

**Notas:** (1) Dados referentes a 1976.

(2) Taxa cambial de Cr\$ 16,73/US\$ 1.00.

Esse padrão de crescimento, contudo, não se traduziu em uma absorção proporcional da mão de obra no setor industrial. A composição da

População Economicamente Ativa (PEA) do estado no setor agrícola, em 1977, representava ainda 38,65% da mão de obra empregada; o setor industrial no mesmo ano alocou somente 11,35%, enquanto, nacionalmente, esse percentual era de 23,63; o setor de serviços, por fim, empregou impressionantes 49,98% da PEA. Isso demonstra que, não obstante um aumento da renda interna do estado promovida pela indústria – passando de 18,25% em 1970 para 27,24% em 1976 – a participação do setor na geração de empregos decaiu de 13,60% para 11,35% em 1977 (Tabela 2).

**Tabela 2:** Distribuição Setorial da População Economicamente Ativa e Composição Setorial da Renda Interna, Espírito Santo - Brasil (1970/1977)

	Espírito Santo				Brasil			
	% Emprego		% Renda Interna		% Emprego		% Renda Interna	
	1970	1977	1970	1976	1970	1976	1970	1976
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Setor Primário	52,51	38,67	22,57	11,18	44,28	36,22	10,24	10,72
Setor Secundário	13,60	11,35	18,25	27,24	17,92	23,63	36,26	38,39
Setor Terciário	33,89	49,98	59,18	61,58	37,79	40,15	53,49	50,87

**Fonte:** Espírito Santo (1979, p. 41).

Esses dados retratam que o modelo de industrialização local, consubstanciado na indústria de transformação altamente especializada e voltada para o mercado externo, absorve pouca mão de obra, uma vez que é intensiva em capital. Segundo Cosetti et al. (apud ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 16), “Esses são empreendimentos altamente poupadores de mão de obra, sendo que para cada emprego direto são necessários 438 mil dólares”.

Em contrapartida, a visível inexpressividade da taxa de crescimento do setor primário na composição do PIB estadual vem acompanhada de uma queda de 52,51% em 1970 para 38,67% em 1977 da PEA no setor (Tabela 2). Isso ocorre por dois principais motivos: em primeiro lugar, a Política de Erradicação dos Cafezais provocou intenso êxodo, ocasionando essa diminuição da concentração de mão de obra no campo e sua pouca produtividade; em segundo lugar, há uma outra face da situação do trabalho na agricultura capixaba, que é a sua concentração em unidades produtivas de estrutura familiar antieconômicas, pequenas ou médias, o que demanda muita força braçal, para gerar pouca produção (ESPÍRITO SANTO, 1977).

O setor de serviços, por fim, foi o único que apresentou um incremento na PEA, verificando-se um aumento de 33,89% para 49,98%, entre 1970 e 1977, bem como contribuiu, em menor escala, para o aumento da renda interna estadual, que era de 59,18% em 1970 para 61,58% em 1977

(Tabela 2). Esse grande aumento da participação da mão de obra nesse setor se deve, principalmente, a pouca qualificação da força de trabalho proveniente da zona rural, para atuar na nova vertente econômica adotada pelo estado. Além disso, esse setor apresenta um índice de informalidade de 41% da PEA nele ocupado (Tabela 3), o que comprova a inabilidade do mercado de trabalho estadual, nesse período, em alocar a mão de obra disponível.

**Tabela 3:** Pessoas de Dez Anos e Mais Segundo as Atividades do Setor Informal Espírito Santo (1977)

<b>Atividade do Setor Informal</b>	<b>População Economicamente Ativa</b>
<b>Total</b>	<b>103.704</b>
Canteiros e Marroeiros	32
Garimpeiros	148
Vendedores Ambulantes	1.723
Vendedores de Jornais	163
Barqueiros e Canoeiros	72
Carroceiros e Tropeiros	478
Serventes de Pedreiro	9.636
Empregados Domésticos	32.628
Lavadeiras e Passadeiras	4.333
Engraxates	63
Biscateiros	4.630
Outras Ocupações Mal Definidas	49.798
<b>Migrantes</b>	<b>58.843</b>
Canteiros e Marroeiros	10
Garimpeiros	87
Vendedores Ambulantes	1.227
Vendedores de Jornais	102
Barqueiros e Canoeiros	26
Carroceiros e Tropeiros	276
Serventes de Pedreiro	5.214
Empregados Domésticos	17.426
Lavadeiras e Passadeiras	2.871

Engraxates	20
Biscateiros	2.678
Outras Ocupações Mal Definidas	28.906
<b>Não Migrantes</b>	<b>44.861</b>
Canteiros e Marroeiros	22
Garimpeiros	61
Vendedores Ambulantes	496
Vendedores de Jornais	61
Barqueiros e Canoeiros	46
Carroceiros e Tropeiros	202
Serventes de Pedreiro	4.422
Empregados Domésticos	15.202
Lavadeiras e Passadeiras	1.462
Engraxates	43
Biscateiros	1.952
Outras Ocupações Mal Definidas	20.892

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 45).

Como se pode ver (Tabela 2), a despeito de uma alteração da composição do mercado de trabalho capixaba, provocada pelo processo de industrialização tardia e altamente especializada, verifica-se, ainda em 1977, uma concentração da PEA no setor primário – 38,67% – em atividades pouco produtivas; ressalta-se a inexpressividade da participação da mão de obra no setor industrial – 11,35% – em frente ao seu impacto no crescimento econômico do Estado e, por fim, expõe-se a grave situação do setor terciário – 49,98% – que, concentrando maior proporção da força de trabalho, apresenta grandes sinais de precarização.

A década de 1970 representou um marco na aceleração do processo de urbanização da Região Metropolitana do Espírito Santo. Isso se deve aos já ressaltados Grandes Projetos Industriais e à Política de Erradicação dos Cafezais. Os primeiros, por requerer um aporte de mão de obra inexistente nessa região e, além disso, por ter criado em torno de si um demanda econômica indireta; a segunda, por eliminar postos de trabalho na zona rural, causando êxodo. Dessa maneira, o Espírito Santo apresentou um aumento do percentual de população urbana que passou de 45% em 1970 para 52,9% em 1977 (ESPÍRITO SANTO, 1979).



Esse período é marcado pela inversão do fluxo migratório no estado, explicado pela própria natureza do processo de industrialização capixaba que fixava pouca mão de obra. Nesse contexto, a população migrante do campo, desqualificada para o trabalho industrial, não via alternativa senão abandonar seu local de origem (Tabela 4).

Assim, as pessoas expulsas de suas regiões teriam como destino natural as regiões do próprio estado que estão se industrializando. Realmente esse fenômeno ocorre pois essas regiões são as únicas que estão crescendo em todo o estado, porém não a taxas tão altas que reflitam a absorção de toda a população vinda do interior (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 23).

**Tabela 4:** População Residente em Domicílio Particular, Migrantes Segundo a Microrregião Metropolitana e Municípios em 1977 e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (1970/1977)

Microrregião/ Municípios	Total	Migrantes	Migrantes em Cada Município	Migrantes no Total do Estado	Taxa Geométrica Total	Urbana	Ru ral
Metropolitana	473.750	273.043	57,63	40,54	3,2	3,1	4,0
Cariacica	123.165	73.082	59,34	10,85	2,8	3,8	0,4
Serra	31.956	18.191	56,92	2,70	9,6	8,3	10, 7
Viana	16.338	9.531	58,34	1,41	6,4	4,7	6,7
Vila Velha	155.177	99.055	63,83	14,71	3,5	3,7	- 9,1
Vitória	147.114	73.184	49,74	10,87	2,0	1,8	17, 7

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 59).

Dessa maneira, verificou-se um processo gradual de emigração/urbanização do Espírito Santo, inicialmente, do campo para centros regionais, como Castelo, Afonso Cláudio, Linhares e Santa Teresa; e destes para a Região Metropolitana, que passa a concentrar cerca de 41% do total de migrantes do estado em 1977, contra 33% em 1970 e, por fim, partem de Vitória para outros estados da Federação. Além disso, verificou-se, nesse período, a entrada de 47.125 pessoas provenientes de outros estados (Tabela 5). Esse fenômeno é responsável por uma taxa de rotatividade da população do Estado da ordem de 2/3 a cada ano, o que culmina em uma taxa de crescimento vegetativo negativa, de - 1,3% (ESPÍRITO SANTO,

1979).

**Tabela 5:** Pessoas não Naturais do Município em que Residem, Segundo Lugar de Domicílio Anterior, Espírito Santo (1970/1977)

	1970		1977	
	ABS	%	ABS	%
TOTAL	517.247	100,00	673.445	100,00
Espírito Santo	324.976	62,83	412.68	61,21
Outras Unidades da Federação	190.186	36,77	237.311	35,24
Rondônia	22	0,00	106	0,02
Acre	32	0,01	96	0,01
Amazonas	84	0,02	292	0,04
Roraima	-	-	-	-
Pará	209	0,04	361	0,05
Amapá	23	0,00	140	0,02
Maranhão	131	0,03	368	0,05
Piauí	73	0,01	200	0,03
Ceará	915	0,18	1.234	0,18
Rio Grande do Norte	500	0,10	295	0,04
Paraíba	850	0,16	451	0,07
Pernambuco	1.302	0,25	1.373	0,20
Alagoas	1.162	0,22	822	0,12
Fernado de Noronha	57	0,01	10	0,00
Sergipe	1.631	0,32	1.076	0,16
Bahia	27.410	5,30	24.497	3,64
Minas Gerais	125.809	24,32	113.547	16,87
Rio de Janeiro	25.654	4,96	30.596	4,55
São Paulo	1.982	0,38	5.127	0,76
Paraná	1.157	0,22	2.266	0,34
Santa Catarina	163	0,03	330	0,05
Rio Grande do Sul	389	0,08	345	0,05
Mato Grosso	274	0,05	772	0,11
Goiás	188	0,04	579	0,09
Distrito Federal	169	0,03	604	0,09
Sem Declaração	-	-	51.828	7,70
Páís Estrangeiro	2.073	0,40	1.446	0,21
Sem Declaração	12	0,00	32.550	3,34

**Fonte:** Espírito Santo (1979, p. 60).

Como se vê, aliada ao fator da informalidade dos postos de trabalho e da incapacidade do setor secundário em reter a mão de obra migrante,

ressaltados no item anterior, a alta taxa de rotatividade populacional do Espírito Santo resultou na inversão do movimento migratório no estado e na intensificação da urbanização de sua Região Metropolitana. O período dos Grandes Projetos Industriais caracterizou, portanto, um momento de grande crescimento econômico, sem o proporcional desenvolvimento social.

Os itens anteriores buscaram revelar como processos importantes, tais como o migratório e o urbanístico, sofreram o impacto do rápido crescimento econômico industrial, aliado ao declínio da atividade agrícola, que vieram redefinir o mercado de trabalho capixaba. A modernização econômica do estado viu, em período muito curto, um aporte de capital enorme, da ordem de 5,6 bilhões de dólares, divididos em Grandes Projetos Industriais e em Projetos de infra-estrutura. No entanto, essa magnitude de recursos não se traduziu na geração de empregos esperada (Tabela 6), principalmente nos pólos industriais de maior concentração tecnológica, como o siderúrgico.

**Tabela 6:** Investimentos e Número de Empregos Diretos dos Grandes Projetos

<b>Discriminação</b>	<b>Investimento (US\$ Milhões)</b>	<b>Número de Empregos</b>
1. Complexo siderúrgico	4.260	9.850
- Grande Vitória	4.070	9.400
- Anchieta (Praia de Ubu)	190	450
2. Complexo Naval (Grande Vitória)	<u>90</u>	<u>4.000</u>
3. Complexo Pára-Químico	<u>800</u>	<u>5.000</u>
- Aracruz	410	2.500
- Norte do Espírito Santo (Linhares, São Mateus, Conceição da Barra)	390	2.500
4. Complexo Portuário	<u>405</u>	<u>2.025</u>
- Grande Vitória	307	2.000
- Aracruz (Barra do Riacho)	48	7
- Anchieta (Praia de Ubu)	50	25
<b>Total Geral</b>	<b><u>5.555</u></b>	<b><u>20.875</u></b>
- Grande Vitória	4.467	15.400
- Outros Municípios	1.088	5.475

**Fonte:** Espírito Santo (1977, p. 20).

Outro fator relevante foi o não aproveitamento da mão de obra local, proveniente do êxodo rural interno, nesses projetos. Cabe destacar, segundo

diagnóstico realizado para o “Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo – SINE/ES”:

Desta forma, a inexistência de alternativas no meio rural provocou uma maior concentração das atividades econômicas no seu principal pólo (Vitória), engrossando os contingentes marginalizados das cidades, agravando o problema de desemprego aberto e subocupação, e exercendo acentuada pressão na infra-estrutura existente, incapaz de acompanhar esta demanda em expansão contínua (ESPÍRITO SANTO, 1977, p. 12).

Esse processo de marginalização da população proveniente dos fluxos migratórios pode ser observado pela variação dos rendimentos mensais por estrato social. De fato, apenas 12,88% da PEA contavam com proventos superiores a cinco salários mínimos; enquanto 60,53% não apresentavam nenhuma renda ou renda inferior a dois salários mínimos; e apenas 21,41% da PEA apresentavam assalariamento mediano de dois a cinco salários mínimos (Tabela 7). Isso demonstra um alto grau de precarização das relações de trabalho, consubstanciada no baixo nível de rendimentos e em um alto índice de informalidade, principalmente no setor terciário, conforme demonstrado anteriormente.

**Tabela 7:** População Economicamente Ativa Segundo Grupos de Rendimento Mensal, Espírito Santo - Brasil (1977)

	1977			
	Espírito Santo		Brasil	
	ABS	%	ABS	%
Total	536.261	100,00	40.236.743	100,00
Até 1/2 SM	46.595	8,69	4.640.029	11,53
Mais de 1/2 a 1 SM	86.917	16,21	9.045.251	22,48
Mais de 1 a 2 SM	147.976	27,59	10.262.740	25,51
Mais de 2 a 5 SM	114.789	21,41	7.055.768	17,54
Mais de 5 SM	69.087	12,88	3.908.830	9,71
Sem Renda	43.105	8,04	5.228.317	12,99
Sem Declaração	27.792	5,18	95.808	0,24

**Fonte:** Espírito Santo (1979, p. 51).

Em adição, há que se atentar para a Tabela 8 que ressalta os

indicadores do subemprego no estado em 1972. Já nesse ano, dados do mercado de trabalho demonstram que 0,74% da força de trabalho estava ocupada em menos de 15 horas semanais, enquanto 17,86% trabalhavam menos de 39 horas semanais. Associado a isso, tem-se que 27,4% dessa massa trabalhadores apresentaram rendimento igual ou inferior a apenas um salário mínimo mensal. “Esse dado retrata a precariedade das condições de vida de grande parte da população espíritossantense, na medida em que é um indicador da pobreza vigente” (ESPÍRITO SANTO, 1977, p. 35).

**Tabela 8:** Indicadores de Subemprego no Espírito Santo - 1972

Pessoal ocupado, trabalhando menos de 15 horas semanais	Pessoal ocupado, trabalhando menos de 39 horas semanais	Pessoal ocupado, com renda individual igual ou inferior a um salário mínimo mensal
0,74%	17,86%	27,4%

**Fonte:** Espírito Santo (1977, p. 54).

Essa situação de semicaos é agravada pelo fato de que 54% dos migrantes que trabalham foram alocados no setor terciário contra apenas 14% na indústria. Acrescente-se a isso que esses migrantes que constituem o setor informal representam 56,7% da força de trabalho informal desse setor (Tabela 3). Ou seja, a grande parte dos trabalhadores provenientes do campo e de outros Estados não encontrou condições adequadas de subsistência na Região Metropolitana do Espírito Santo. De acordo com o Relatório da Secretaria de Estado do Planejamento:

As limitações da estrutura produtiva em gerar empregos nos setores formais foram contrabalançadas pelo aumento exagerado do setor informal. Isto tem sido a tônica em todas as experiências de crescimento econômico na América Latina. O moderno convive com o tradicional (informal). A marginalidade e o pauperismo são inerentes aos modelos de desenvolvimento dependente capitalistas. Riqueza e pobreza não se excluem, convivem (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 21).

A conjunção desses fatores explica, em grande medida, o aumento da precarização das relações de trabalho no bojo da intensificação do movimento migratório e do trabalho assalariado. Dessa forma, o modelo de acumulação capitalista decorrente da industrialização local não foi capaz de atender às necessidades sociais dos trabalhadores localizados no Espírito

Santo, gerando uma massa excluída, incluída precariamente e marginalizada.

### Referências

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2003.

BITTENCOURT, G. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização – do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

\_\_\_\_\_. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BITTENCOURT, G.; NETO, A. *Espírito Santo 1990-2002: um estudo atual sobre a conjuntura do Estado e seus fundamentos políticos e econômicos*. Vitória: ABIO, 2002.

BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 53-66.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura e do Bem Estar Social. Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo – SINE/ES. Vitória, 1977.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento. Departamento de Informações Técnicas. Espírito Santo: crescimento e desigualdade social, análise introdutória de alguns dados da pesquisa sócio-econômica 1977. Vitória, 1979.

FREITAS, C. Precarização do trabalho e estrangeiros no Brasil em um contexto neoliberal. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 525-544.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 78-88.

POCHMANN, M. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (Org.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. 13-30.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. *Cafecultura & grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

## Notas

---

\* Artigo submetido à avaliação em 12 de julho de 2011 e aprovado para publicação em 01 de setembro de 2011.

<sup>1</sup> O Governo Nestor Gomes esteve impedido de tomar posse em 1920, pelo governante anterior, apoiado por uma campanha de polícia e somente conseguiu se estabelecer após uma intervenção do Governo Republicano, que confirmou sua vitória nas eleições estaduais (BITTENCOURT, 2006).